

HISTÓRIA E APRENDIZADO POR MEIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: MEMÓRIA E A IDENTIDADE LOCAL

v. 12 n. 25 (2024): BILROS 2024. 2

RUYVAN DA SILVA MATOS

Licenciatura Plena em Pedagogia – Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES
E-mail: ruyvan.matos2@gmail.com

ADRIELLE DA CRUZ BATISTA

Licenciatura Plena em Pedagogia – Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES
E-mail: batistaadrielle21@gmail.com

ELI CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS TAPAJÓS SOUSA

Professora do Curso de Pedagogia do Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES.
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/UFOPA).
Membro do grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil/HISTEDBR - UFOPA.
E-mail: elitapajos@hotmail.com

**HISTÓRIA E APRENDIZADO POR MEIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
MEMÓRIA E A IDENTIDADE LOCAL**

**HISTORY AND LEARNING THROUGH CULTURAL HERITAGE: MEMORY AND
LOCAL IDENTITY**

Ruyvan da Silva Matos

Adrielle da Cruz Batista

Eli Conceição de Vasconcelos Tapajós Sousa

RESUMO

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e documental em que, através de livros, artigos e documentos históricos torna-se possível analisar, a partir de referenciais teóricos e de acervos locais, bem como documentos e registros fotográficos, o quanto o município necessita se apropriar melhor de suas heranças e trabalhar isso no âmbito educacional. O presente trabalho propõe um debate sobre a importância de se trabalhar a educação patrimonial como forma a possibilitar a formação de alunos em busca da valorização da cultura local. Utiliza alguns prédios históricos do município de Santarém-Pará como referência da educação patrimonial, no que tange a instigar os alunos, tanto da rede pública quanto particular de ensino, em um tema que ainda é pouco utilizado na educação, por se tratar de uma proposta que passou a ser utilizada somente a partir do ano de 2017 com a consolidação da BNCC. A temática é de grande relevância, pois é somente com debates e discussões sobre as práticas pedagógicas nas salas de aula que podemos possibilitar que as crianças de hoje se tornem os adultos críticos e conscientes, além de compreender a importância de se preservar e conservar a memória e a história do lugar, como os prédios históricos que ainda restam e, com isso, manter a identidade cultural, a história e a memória de um povo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico. Educação. Preservação.

ABSTRACT

This research is of a bibliographic and documentary nature in which, through books, articles and historical documents, it becomes possible to analyze, based on theoretical references and local collections, as well as documents and photographic records, how much the municipality needs to better appropriate of their heritage and work on this in the educational sphere. This work proposes a debate on the importance of working on heritage education as a way to enable the training of students in search of the appreciation of local culture. It uses some historic buildings in the municipality of Santarém-Pará as a reference for heritage education, in terms of instigating students, both from the public and private education networks, in a topic that is still little used in education, as it is a proposal which began to be used only from 2017 with the consolidation of BNCC. The theme is of great relevance, as it is only with debates and

discussions about pedagogical practices in classrooms that we can enable today's children to become critical and conscious adults, in addition to understanding the importance of preserving and preserving memory. and the history of the place, such as the historic buildings that still remain and, with this, maintaining the cultural identity, history and memory of a people.

KEY WORDS: Historical Heritage. Education. Preservation.

INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais que expressa a identidade, a memória e a história de um povo. Esse patrimônio abrange edificações, monumentos, tradições, festas, saberes e práticas que foram construídos ao longo do tempo e que refletem a diversidade cultural de uma sociedade. A preservação desse legado é fundamental, pois permite que as gerações presentes e futuras compreendam suas raízes e a evolução de sua cultura. Além disso, o patrimônio histórico cultural desempenha um papel vital na promoção do turismo, contribuindo para a economia local e para o fortalecimento da autoestima da comunidade.

De acordo com Silva (2022), patrimônio histórico material de uma cidade é a herança viva que o tempo nos deixou. Partindo desse princípio, a ideia de utilizar os patrimônios históricos e culturais como referência metodológica em âmbito educacional, em especial na sala de aula, só foi possível acontecer após sancionada a Lei 10.639/2003, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), que institui a obrigatoriedade no ensino Fundamental e médio, público e privado, do ensino de História e cultura Africana e Afro Brasileira, lei esta que veio a ser implementada pela Lei 11645/2008, sendo culminada no ano de 2017, com a consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que trouxe diretrizes e competências para serem desenvolvidas pelos professores como recurso pedagógico.

Para Maltêz *et al.* (2013), foi somente a partir do momento em que se decidiu debater em sala de aula a importância que esses patrimônios representam para a sociedade, que se percebeu quão fértil é o caminho da educação patrimonial no processo formativo das gerações, sem contar com a riqueza cultural do nosso povo através da conservação de seus patrimônios históricos, o que garante sua identidade como cidadão.

A partir desse princípio, pôde-se observar no município de Santarém, cidade localizada no Oeste do estado do Pará, uma série de patrimônios que já se perderam pela ação do tempo. Citamos aqui a belíssima arquitetura do Castelo que existiu em frente à cidade e que hoje só pode ser visto através de fotografias da década de 1980, assim como também pode-se observar arquiteturas centenárias que resistem à ação do tempo, dentre elas vislumbramos o imponente prédio do Colégio Santa Clara, hoje com 110 anos de história.

Este trabalho tem por objetivo geral mostrar a riqueza cultural e material de um povo por meio da conservação de patrimônios históricos, na busca da preservação da identidade como parte da construção da cidadania. Como objetivos específicos destaca-se: compreender o significado de patrimônio; diferenciar patrimônio cultural, material e imaterial; apresentar patrimônios locais: o Castelo e o Colégio Santa Clara e promover o debate acerca da importância da preservação de bens patrimoniais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, e busca compreender a história e os elementos que foram constituindo determinado fenômeno com uma profundidade elevada, em que serão usadas descrições e a interpretação (Oliveira, 2004). Em relação aos procedimentos desenvolvidos no presente estudo, a pesquisa se classifica como bibliográfica, onde Gil (2008) afirma que é a pesquisa desenvolvida através de fontes já existentes, tendo como referências livros ou artigos científicos.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O termo “patrimônio” traz no conjunto de seu significado uma relação estreita com ideia de herança. Partindo desse pressuposto, patrimônio pode ser conceituado como um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença à uma pessoa e que seja suscetível de apreciação econômica (Canani, 2005).

Para Medeiros e Surya (2009), patrimônio histórico seria o conjunto de manifestações culturais, artísticas ou sociais de uma determinada sociedade que, de alguma maneira, seja ela natural, física ou sensorial, se faz presente no meio em que se vive – materializadas através de

paisagens, jardins, edificações, monumentos, objetos e obras de arte – sendo importantes peças a serem conservadas, por representarem parte de uma cultura e modo de vida de uma época.

De acordo com Canani (2005), a ideia de patrimônio está relacionada à herança, então é esperado de quem herda, exercer o papel de fiel zelador, conservando e defendendo esse bem que lhe foi atribuído. Porém, a realidade era bem diferente, a partir da leitura da bibliografia realizada para a construção deste trabalho, observou-se que as heranças recebidas pela população brasileira (Patrimônios Históricos) advindas de nossos antepassados e até mesmo de civilizações remotas que aqui habitaram, não estavam recebendo os cuidados adequados e acabaram por se perder ao tempo, levando consigo parte significativa da história e identidade cultural do nosso povo.

No Brasil, foi apenas no ano de 1936 que iniciou o processo de políticas de conservação e preservação de seu patrimônio, quando o então presidente da República, Getúlio Vargas, solicitou ao seu Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que o mesmo convidasse o escritor e intelectual Mario de Andrade, que na época ocupava a diretoria do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, para elaborar um anteprojeto de lei que criaria uma instituição para cuidar de todo e qualquer patrimônio histórico, sendo ele material e imaterial.

Denso e polêmico, tanto nos detalhes como na abrangência, o anteprojeto estabelece os adjetivos da nova instituição – “O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, tem por objetivo: determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional” -, delimita um campo de discussão, levanta problemas, cria uma estrutura técnico-administrativa, nomeiam interlocutores e opositores, enquanto define o que Mario de Andrade entende por “patrimônio artístico nacional” (Santos, 2018, p. 15).

Durante a criação deste anteprojeto iniciou-se no país um diálogo mais firme e apropriado do que de fato representam os patrimônios históricos, o que foi reforçado com o apoio de figuras como: Tarsila do Amaral¹, Carlos Drummond de Andrade², Oswald Andrade³,

¹ Tarsila de Aguiar do Amaral (1886-1973) – foi uma pintora, desenhista, escultora, ilustradora e tradutora brasileira. É considerada uma das principais artistas modernistas latino-americanas.

² Carlos Drummond Andrade (1902-1987) – poeta, farmacêutico, contista e cronista brasileiro, considerado por muitos o mais influente poeta brasileiro do século XX.

³ José Oswald de Sousa de Andrade (1890-1954) – apelidado de Oswald Andrade foi um poeta, escritor, advogado e dramaturgo brasileiro. Foi também um dos promotores da Semana de Arte Moderna que ocorreu em 1922 na cidade de São Paulo.

Cândido Portinari⁴, Manuel Bandeira⁵, dentre outras personalidades que fulguravam dentro do Movimento Modernista. Tanta agitação por parte desse movimento fez com que em 1937 fosse promulgada a lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde este por sua vez define o conceito de Patrimônio Artístico Nacional sendo todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (Santos, 2018).

Sobre os bens materiais, são:

[...] imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2014 *apud* Cavalcante, 2018, p. 64).

Pôde-se constatar que no Brasil até meados de 1936 o conceito de patrimônio artístico nacional era algo inexistente à época, foi somente no ano de 1937 através da pressão exercida pelo movimento modernista que essa denominação transformou-se em lei, onde ficaram determinados vários conceitos patrimoniais, inclusive sobre os bens tangíveis e palpáveis que passaram a se chamar bens materiais móveis; tudo o que podia ser tocado como: acervos de museus, quadros e livros, bem como os prédios e monumentos históricos se encaixaram nessa definição.

A respeito dos bens imateriais, tem-se:

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam (Cavalcanti; Fonseca, 2008 *apud* Cavalcante, 2018, p. 64).

O Brasil é um país pluricultural onde sua cultura riquíssima não se mensura, pode-se citar como bens imateriais a dança, as crenças, a culinária e tudo o mais que não seja tangível.

⁴ Candido Portinari (1903-1962) – foi um artista plástico brasileiro considerado um dos mais importantes pintores dos últimos tempos. Sendo pintor brasileiro a alcançar maior projeção internacional.

⁵ Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho (1886-1968) – foi um poeta, crítico literário e de arte, professor de literatura e tradutor brasileiro. É considerado como parte da geração do Modernismo no Brasil.

Na preservação dos bens culturais, é importante que a sociedade conheça sobre as manifestações culturais, para que assim possam ajudar na conservação dessas culturas. Desse modo, podemos citar que:

Preservar não é congelar um determinado momento no tempo, mas abrir um campo de possibilidades para que ele seja vivido intensamente, de modo a que se possa através de suas materializações, estabelecendo elos profundos com o passado, com as próprias raízes, e, em última instância, com a própria origem, para com isso evitar o desenraizamento e o esfacelamento identitário que caracterizam o mundo contemporâneo (Lima, 2007 *apud* Cavalcante, 2018, p. 64).

Preservar uma herança não necessariamente é mantê-la trancafiada em uma caixa dentro de um armário escuro, nem tão pouco ficar observando-a através de uma moldura de vidro, preservar vai muito além e significa conservar algo, mantendo suas características próprias, ou seja, manter viva suas histórias, seus costumes, suas crenças, sua arquitetura, para que através do contato de hoje possamos criar raízes íntimas e manter vivo o elo identitário com o bem herdado.

A proteção do patrimônio histórico cultural enfrenta diversos desafios, como a urbanização desenfreada, a falta de investimento em conservação e a desvalorização de práticas culturais em favor da modernização. A conscientização sobre a importância de preservar essas heranças é essencial para garantir que as tradições e os monumentos sejam respeitados e valorizados. A participação ativa da população, em conjunto com políticas públicas eficazes, é crucial para assegurar que o patrimônio histórico cultural não apenas sobrevive, mas também floresce, enriquecendo a vida social e cultural das comunidades. Assim, a valorização desse patrimônio se torna um ato de resistência e um compromisso com as futuras gerações.

PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO

O envolvimento do aluno com a educação patrimonial faz com que ele passe a refletir o seu papel na sociedade e busque, através de reflexões, fatores sociais e culturais, por isso, pensar na educação requer um trabalho que envolve visitas a espaços fora da escola, uma constante articulação com a realidade, ou seja, usando temas que, apresentados no currículo ou

em uma abordagem mais dinâmica, deixe o aluno se envolver com este meio, o que possibilita aprimorar a metodologia curricular aplicada (Kanda, 2018).

O envolvimento do aluno com a educação patrimonial desempenha um papel crucial na construção da identidade cultural e na valorização da história local. Ao estudar e interagir com o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda de sua própria herança e da herança de outros. Esse processo de aprendizado não apenas enriquece o conhecimento acadêmico, mas também fomenta um senso de pertencimento e responsabilidade em relação à preservação dos bens culturais. Quando os estudantes se engajam com o patrimônio, eles se tornam mais conscientes das tradições, histórias e valores que moldam suas comunidades, promovendo um maior respeito e apreciação pela diversidade cultural.

O papel da escola, bem como das instituições de ensino, tem como desafio principal a formação de cidadãos críticos, que saibam reconhecer e se conscientizem sobre o mundo que os rodeia, bem como compreendam suas responsabilidades no que se refere à valorização e preservação do espaço e das coisas contidas nele, que marcam as suas vivências temporais (Kanda, 2018).

No que tange à preservação dos bens culturais, a seguinte premissa é importante: “conhecer para preservar”. Frase compartilhada neste campo de estudos e que se torna a maior das conclusões. Em uma sociedade na qual se privilegia o dinheiro em detrimento da memória coletiva e social, é preciso que todos saibam a respeito das manifestações culturais, para assim despertar o anseio de preservação. Para tanto, a escola é um dos maiores espaços que deve proporcionar isso, através de práticas pedagógicas que promovam não só a aquisição dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, mas que contribuam para o despertar da consciência da preservação da memória de homens e mulheres, sejam elas: materiais ou imateriais.

Além disso, a educação patrimonial prepara os alunos para desempenharem um papel ativo na sociedade como cidadãos responsáveis. Ao entenderem a importância do patrimônio para a identidade coletiva e o desenvolvimento social, eles são incentivados a participar em iniciativas de preservação e promoção da cultura local. Essa participação pode se manifestar em atividades como projetos comunitários, eventos culturais e ações de conscientização sobre a importância de proteger e valorizar o patrimônio. Assim, o envolvimento com a educação patrimonial não só contribui para a formação de indivíduos mais informados e engajados, mas

também fortalece o tecido social ao incentivar uma cultura de respeito e valorização das raízes e tradições da comunidade.

PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E A CULTURA LOCAL

As manifestações vitais de um grupo social refletidas em suas mais variadas formas – festas, danças, comidas, artefatos, músicas, idiomas, expressões orais, técnicas de criação, costumes, conhecimentos relativos ao ambiente, ao universo etc – são construções intangíveis. Como expressão dos valores provenientes das relações humanas, os significados culturais estão presentes em toda manifestação humana, não apenas nos objetos, e são constituintes das esferas da vida social e conseqüentemente do patrimônio cultural imaterial (Arantes, 1981, p. 32-35).

De acordo com o patrimônio histórico cultural podemos citar:

A mudança faz parte da história dos homens, dos países, dos lugares, dos edifícios e dos artefactos. Mas as relações entre preservação e apresentação são complexas. Frequentemente observam-se diferenças de tratamento na apresentação de sítios e monumentos que perderam seu uso original e de edifícios ou lugares com uso contínuo. O contraste entre estruturas que tiveram uso simultâneo, como as ruínas de um castelo e um centro histórico, por exemplo, poderia ser adequadamente explorado e elucidar sobre alterações verificadas ao longo do tempo (Pinto, 2017, p. 206).

Compreende-se que o processo evolutivo da humanidade traz consigo mudanças, não somente comportamentais como estruturais, e para se adequar a essas mudanças o ser humano acaba também por alterar o ambiente que o cerca; paisagens, campos, lagos, ruínas e arquiteturas históricas de outrora, acabam por se tornar bairros com grandes prédios e modernas edificações. Entende-se que esse processo evolutivo chamado progresso se faz necessário, porém, não podemos suprimir toda a cultura histórica e local ali existente em detrimento único e exclusivamente desse desenvolvimento, pois entende-se que o respeito a todas essas manifestações culturais é algo de mais valioso que o homem deve ter consigo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância do patrimônio cultural como parte integral da formação educacional dos alunos. Ela sugere que a abordagem ao tema deve ocorrer de maneira interdisciplinar, permitindo que os estudantes explorem o patrimônio local e nacional em diversos contextos, como História, Geografia e Artes. A BNCC incentiva atividades que promovam o conhecimento e a valorização das manifestações

culturais, históricas e artísticas, estimulando os alunos a reconhecerem e respeitarem a diversidade cultural do Brasil.

A BNCC destaca a importância de tais temas para o ensino afirmando que:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2017, p. 19).

Trabalhar a cultura local com os alunos na escola pode começar com a integração de projetos que explorem a história e as tradições da comunidade. Professores podem incentivar os alunos a pesquisar sobre figuras históricas locais, eventos significativos e marcos culturais da região. Isso pode ser feito através de trabalhos de pesquisa, apresentações e até mesmo visitas a museus locais e sítios históricos. Tais atividades ajudam os alunos a conectar o conteúdo acadêmico com a realidade ao seu redor, tornando o aprendizado mais significativo e relevante.

Além disso, as escolas podem promover eventos culturais que celebrem as tradições da comunidade. Festivais, feiras de artesanato e exposições de arte local são oportunidades para que os alunos se envolvam ativamente com a cultura da sua região. Esses eventos não só permitem que os alunos mostrem suas habilidades e aprendizados, mas também proporcionam um espaço para que eles e suas famílias compartilhem e celebrem suas tradições. Envolver a comunidade nesses eventos fortalece o vínculo entre a escola e os moradores, criando um ambiente de aprendizado colaborativo e inclusivo.

Além disso, a BNCC orienta que o estudo do patrimônio cultural deve fomentar a participação ativa dos alunos em atividades práticas e projetos que envolvam a preservação e a promoção do patrimônio. Isso pode incluir visitas a sítios históricos, realização de pesquisas e a criação de exposições culturais. Ao integrar o patrimônio cultural de forma prática e reflexiva no currículo, a BNCC busca desenvolver nos alunos uma consciência crítica sobre a importância de preservar e valorizar a cultura e a história local, promovendo um sentido de identidade e pertencimento.

Outra abordagem eficaz é a incorporação de práticas culturais no currículo escolar. Os professores podem integrar músicas, danças, culinária e literatura locais nas aulas para que os alunos vivenciem e apreciem as expressões culturais de sua região. Por exemplo, aulas de música podem incluir canções tradicionais locais, e as aulas de língua portuguesa podem

explorar obras literárias de autores da comunidade. Essa imersão ajuda os alunos a valorizar e compreender a riqueza cultural da sua região.

Finalmente, promover a colaboração com membros da comunidade local é essencial. Convidar artesãos, historiadores e líderes comunitários para dar palestras e workshops nas escolas pode proporcionar aos alunos uma visão direta das práticas culturais e histórias locais. Essas interações também oferecem aos alunos modelos de papéis positivos e encorajam uma apreciação mais profunda pela cultura local. Ao fazer isso, as escolas não só enriquecem a educação dos alunos, mas também fortalecem os laços entre a instituição e a comunidade que ela serve.

Atualmente na era tecnológica e globalizada em que vivemos, temos acesso aos mais modernos recursos; a internet nos proporciona em tempo real a possibilidade de realizarmos um *tour* pelas pirâmides do Egito, conhecer as salas luxuosas do *Taj Mahal*, adentrar nos cômodos e torres dos antigos castelos europeus que resistiram a inúmeras batalhas, e nesses passeios, ter a oportunidade de visualizar como tais arquiteturas milenares encontram-se impecáveis, robustas e imponentes aos séculos, o que nos faz refletir sobre como e tão somente a Educação pode exercer influência no processo de conservação, preservação e valorização de cada cultura.

Destaca-se na construção deste trabalho dois patrimônios históricos que considera-se de grande relevância neste estudo: o Castelo (1906-1984) e o Colégio Santa Clara (1913).

O CASTELO

Esta pesquisa revelou que no início do século XX, entre os anos de 1905 e 1906, o município de Santarém – Pará contemplou na praia em frente à cidade uma edificação no formato de um castelo, nos moldes e padrões dos antigos castelos portugueses. Esse prédio fez parte do cotidiano mocorongo por mais de 70 anos, quando foi demolido pela administração pública municipal no ano de 1982 (Sena, 2012).

Luiz Vieira Bastos, um conhecido comerciante português que atendia popularmente pela alcunha de Luiz Barateiro foi quem encomendou sua construção, cuja estrutura que após inaugurada serviu primeiramente como uma sofisticada loja de varejo, e que dispunha à pronta entrega de itens de primeira qualidade do setor alimentício, como também de uma vasta linha de corte e costura com peças exclusivas provenientes da moda europeia da atualidade, itens

estes que eram adquiridos devido a influência que o senhor Luiz dispunha com seus compatriotas na Europa e que chegavam até Santarém através dos grandes navios cargueiros na época denominados de *LLOYD*, e que em frente a cidade essas mercadorias eram repassadas aos regatões que a entregavam no Castelo, ou seja, dispúnhamos de uma espécie de *shopping center* nos anos de 1900 (Bemerguy, 2010).

Além de prédio para o comércio varejista, o castelo também funcionou como um dos grandes exportadores de borracha e castanha no auge da produção, contando com um moderno trapiche flutuante para embarque e desembarque de mercadorias no período da cheia do Rio Tapajós e um grande porão de estocagem de produtos que era utilizado no período de estiagem (Sena, 2012).

No entanto, mesmo o Castelo sendo um dos monumentos mais significativos da cidade de Santarém – Pará desde o início do século XX, e contendo um valor cultural imensurável, no ano de 1982 após uma solicitação do poder público municipal de que o prédio, pelo fato de ser uma construção demasiadamente antiga e sem as devidas manutenções em suas estruturas, corria o risco de desabamento, tal justificativa foi acatada e uma decisão judicial determinou sua total demolição. Então, em maio deste mesmo ano (após mais de 70 anos de história) o prédio veio a ser demolido, para que em seu lugar fosse construído um “moderno” edifício comercial seguindo as especulações financeiras que a cidade vivia, o que caracterizou total desconhecimento, desprezo e descaso pela riqueza patrimonial local, e o que nos faz refletir sobre o importante papel da educação patrimonial e o serviço prestado por ela nos moldes da sociedade atual, para que, através da valorização e conhecimento de nossa história, perdas culturais irreparáveis como a que aconteceu com o prédio do Castelo não tornem a se repetir.

COLÉGIO SANTA CLARA

De acordo com a revista “*Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição*” edição 2011, a historiadora Profa. Dra. Daniela Rabelo Branco, relata sobre a construção deste patrimônio denominado por ela de híbrido, fazendo alusão ao Colégio Santa Clara estar ligado diretamente à educação e intimamente à história da cidade de Santarém.

Observou-se no livro “*Colégio Santa Clara 100 anos, Berço da Congregação SMIC - Histórias Vivências e Memórias*”, que a fundação do Colégio data do dia 15 de agosto de 1913; inaugurado por Madre Maria Imaculada de Jesus e Dom Amando Bahlmann, então bispo de

Santarém, onde através de recursos oriundos da congregação da Alemanha (terra de origem dos fundadores). Esta ação contou com o apoio da comunidade franciscana a partir das missões religiosas na região amazônica, o que se iniciou a partir de uma necessidade, devido ao número expressivo de órfãos no início do século XX, provenientes das doenças que assolavam o município de Santarém – PA e a região, como a febre amarela, a malária, dentre outras. O prédio foi construído com a finalidade de funcionar como Orfanato e também como um convento para formar mulheres para a vida religiosa (Tapajós-Sousa; Colares, 2023).

Em meio às várias transformações ao longo de 110 anos, o prédio permanece funcionando até os dias atuais como instituição educacional confessional, atendendo ao público da educação básica; é um prédio que faz parte do patrimônio histórico do município e que até hoje mantém sua arquitetura original praticamente preservada.

O processo educacional no município de Santarém/PA teve início no século XVII muito antes da fundação da cidade, com a chegada dos Jesuítas, onde passaram a desenvolver missões religiosas com os indígenas da região do Tapajós, conhecidas como catequeses, que era um método para instruir os povos que habitavam a região (Tapajós-Sousa; Colares, 2023, p. 135).

A princípio, a vinda dessas missões à região do Tapajós consistia unicamente na doutrinação. Mais tarde percebeu-se a necessidade de ofertar uma formação educacional, que, conseqüentemente, surgiu da exigência das famílias com certo poder aquisitivo elevado, que na época já residiam na região e que não queriam enviar seus filhos para a capital, ou para fora do país como acontecia, uma vez que os gastos eram enormes.

Foi justamente neste contexto que se originou o Colégio Santa Clara, inicialmente como Orfanato e depois como colégio, uma instituição que neste ano de 2023 completou 110 anos de dedicação às causas educacionais no município de Santarém. É um prédio histórico com mais de um século de existência, o que nos faz refletir o porquê de alguns patrimônios resistirem quase que imponentes à ação do tempo, enquanto outros sucumbem e se deterioram devido à falta da compreensão da importância da valorização da história e cultura de um povo. A construção que aqui citamos é um raro exemplo do cuidado com as heranças históricas deixadas por nossos antepassados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de pesquisa e elaboração do trabalho, pôde-se perceber o quanto o tema educação patrimonial é ainda pouco utilizado no processo educacional; e quando se utiliza o município de Santarém – Pará como parâmetro desta pesquisa, constata-se tal informação. Por se tratar de uma cidade histórica com mais de 360 anos, a qual teve sua identidade histórica e cultural forjada através de uma herança indígena, que, por sua vez, sofreu bastante influência durante o período de dominação europeia, mais precisamente portuguesa, os quais também aqui deixaram uma parte de sua identidade cultural que ainda permanece viva em nossas praças, ruas, prédios e residências, bem como seu modo de agir, sua culinária e seu idioma; heranças patrimoniais que podem ser observadas principalmente no centro histórico da cidade.

É justamente nesta óptica que o trabalho nos faz refletir sobre a total falta de empenho por parte dos poderes públicos em resguardar esses bens, essa cultura e essa rica história que vemos perecer devido à ação do tempo e dos anos. Busca-se ainda com este trabalho, um envolvimento ainda maior por parte das escolas e professores, ou seja, chamar a responsabilidade para si, envolvendo a família nesta temática para que ainda nas séries iniciais a criança tenha contato com esse valioso acervo que a cidade oferta, e com isso possam despertar a ideia de pertencimento, o que, acredita-se, irá contribuir na formação de adultos críticos e conscientes de seus deveres de zelar, guardar, defender e cuidar dos patrimônios que ainda nos restam.

Posto isso, percebeu-se que com todo aparato normativo advindo com a consolidação da BNCC a partir do ano de 2017, em que professores e pedagogos passaram a receber uma formação mais abrangente e incentivadora, e acabaram por aprimorar modernas práticas pedagógicas, o que contribuiu para a realização de aulas cada vez mais dinâmicas e atraentes, valorizando mais a cultura regional e local; ainda assim sabe-se que levará alguns anos para que essa nova sociedade crítico-consciente assuma seu papel de guardião e protetora de nosso acervo patrimonial.

Porém, enquanto essa nova geração se estabelece, cabe a cada educador seja ele da rede pública ou particular, do ensino fundamental ou médio, realizar o seu papel de agente conscientizador, trazendo ainda com mais intensidade para os debates em sala de aula a educação patrimonial, tema que por décadas foi posto em segundo plano em nosso país, e que

nos dias atuais se percebe o quanto é imprescindível para a formação de nossa identidade enquanto cidadãos críticos e conscientizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A. A. **O que é Cultura Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BEMERGUY, E. **Santarenices** – coisas de Santarém. Santarém: Instituto Cultural Boarnerges Sena, 2010.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CANANI, A. S. K. B. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes Antropológicos** [online]. v. 11, n. 23, pp. 163-175, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100009>.

CAVALCANTE, F. A. M. Patrimônio Cultural no Ambiente Escolar: um Campo Interdisciplinar. **Jamaxi: Revista de História e Humanidades**, v.2, n. 1, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KANDA, M. R. **Conservação de obras de arte para fins de preservação do patrimônio histórico e cultural no âmbito escolar**. Barretos – SP: Universidade de Brasília, 2018.

MALTÊZ, C. R. *et al.* Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. **Revista Pedagogia em Ação**, v. 2, n. 2, 2013.

MEDEIROS, M. C.; SURYA, L. A importância da educação patrimonial para preservação do patrimônio. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História [Anais]**. Fortaleza, 2009.

MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, p. 65-82, 2007.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologias científicas**: Projeto de Pesquisa, TGI, TCC, Monografia, Dissertações e Teses. 6 Reimpr. 2. Ed. de 1999. São Paulo: Pioneira Thompson learning, 2004.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debatesobreapreservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2007.

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. P. Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2016. DOI: 10.5902/1516849223810.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810>.

PINTO, H. A interculturalidade em Educação Patrimonial: desafios e contributos para o ensino de História. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 205-220, jan./mar. 2017.

SALA, D. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 31, p. 19-26, 1990. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i31p19-26.

SANTOS, C. R. dos. O patrimônio de Mário de Andrade: tirando o pedregulho da botina para não manquejar. **Revista CPC**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 11-47, 2018. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v13i25espp11-47. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144681>.

SENA, C. (Org.). **Isoca: Idílio do Infinito**. Instituto Cultural Boanerges Sena, Projeto “Memória Santarena”. v. 3, Santarém: ICBS, 2012.

SILVA, V. G. **Educar para preservar: construindo olhares em sala de aula, para a Preservação e Valorização do Patrimônio Histórico Material de Belém – PA [TCC]**. Universidade Federal do Pará. Ananindeua, 2022.

TAPAJÓS-SOUSA, E. C. V.; COLARES, A. A. Formação Educativa Confessional: do orfanato ao magistério. *In.*: MAFRA, J. R. S. (Org.). **Pesquisa em Educação na e da Amazônia**. Teresina, PI: Alumia Editorial, 2023.

Artigo recebido em agosto de 2024. Aprovado em outubro de 2024.